

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da opressão militar a opressão das urnas

Luis Fernando Guimarães Zen*

Resumo:

Esta é uma pesquisa em fase inicial e faz parte do projeto apresentado ao programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. O objetivo é analisar como se desenvolve as propostas de democracia no Brasil após o fim da ditadura militar, analisando como a revista Veja colaborou na construção de uma hegemonia em torno da democracia. A idéia é discutir quais eram os projetos de democracia para o país, questionando criticamente a quem esses projetos interessavam e quem eram os principais beneficiados nessa nova democracia. Essa pesquisa buscará investigar sobre a existência ou não de uma democracia brasileira e a forma como o sufrágio universal foi apresentado para os eleitores criando uma falsa idéia de “cidadania democrática.”

Palavras Chave: Democracia, Revista Veja, Hegemonia.

Abstract:

This is a research on an initial step and it makes part of a project presented to the Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. The objective of this project is to analyze how it's developed the pledges of democracy in Brazil after the end of the military dictators, analyzing how the magazine Veja helped in the construction of hegemony around the democracy. The idea is to discuss which were, the projects of democracy to the country, critically questioning to whom these projects interested and who were the maim beneficiates in this new democracy. This research will try to tells about the existence on not of a brazilin democracy and the way how the universal vote was presented to the people creating a false idea of “democratic citizenship.”

Key words: Democracy, Magazine Veja, Hegemony .

Esta é uma pesquisa que tem por finalidade levantar e discutir questões referentes ao processo de “redemocratização” no Brasil. Após o fim da ditadura militar em 1985, construiu-se uma nova proposta em torno da democracia no país. Pouco se contestou sobre a forma com que foi elaborado o projeto de escolha dos representantes públicos para o Legislativo e para o Executivo.

Para um povo que passou por vinte anos de restrições políticas a abertura democrática do país significava (e foi) uma grande conquista de diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, o sufrágio universal aparentemente colocava a todos em um mesmo patamar já que as classes menos abastadas da sociedade tinham o mesmo poder de voto que as elites dominantes.

* Graduado em História e mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

A vitória das manifestações públicas colocou os militares contra a parede, mas não podemos esquecer que grande parte dos políticos que comandavam o país passou a disputar e ganhar eleições. Ou seja, a mudança dos quadros políticos do país não existiu completamente. Nesse caso, cabe estudar qual era a melhor forma para os militares de passar o poder para a sociedade civil sem que esse novo regime colocasse em risco a “hegemonia” da elite do país.

No início da década de 1980, começam a se acirrar os diversos movimentos sociais em prol do fim da ditadura militar e uma transição política no país. A construção de um projeto de democracia era apresentada como a melhor saída para a sociedade. Para os militares não bastava passar o poder para as mãos da sociedade civil, era necessário passar o poder para “mãos confiáveis”. Para o cientista social Francisco C. Weffort, existiam inicialmente duas propostas que estavam muito ligadas ao “atual” regime, “dessa forma, os militares sairiam do poder deixando-o em mãos confiáveis” (WEFFORT, 1984: 17)

Weffort escreveu em 1984 uma obra intitulada *Por que Democracia?* Ele fala ainda que seu livro poderia se chamar *Por que não Revolução?* Nesse livro o autor questiona os projetos de democracia que estavam sendo difundidos no país, perguntando: “seria esta a democracia pela qual lutamos nos últimos dez anos? Seria esta a luz que todos esperávamos no fim do túnel?” (WEFFORT, 1984: 18)

O autor diz que haviam poucas alternativas de saída para o fim da ditadura e início da abertura política. Ele aponta que de um lado, havia “a candidatura de Paulo Maluf, do PDS, representante de uma nova direita, civil e burguesa, com tons acentuados de direita fascista.” Do outro lado está “uma proposta liberal, de marca acentuadamente conservadora, a figura de Tancredo Neves, representando o PMDB moderado e as dissidências do PDS agrupados na Frente Liberal.” (WEFFORT, 1984:17)

Francisco W. aponta pelo menos três dissidências dentro dessa própria direita, vale lembrar que ele participa da fundação do PT que surge talvez como a principal (mas não a única) frente de esquerda, mas, que naquele momento não disputaria o poder. Talvez por isso que ele questionasse “Por que não Revolução?”

A forma com que a democracia foi apresentada à população parecia num primeiro momento como a melhor saída para superar a ditadura militar. Pouco se questionou se aquela era realmente a melhor maneira de eleger os representantes públicos.

Essa pesquisa buscará investigar qual foi o papel que a revista *Veja* exerceu durante o final da ditadura militar até a consolidação da “democracia” com as eleições presidenciais de 1989. A investigação se dará em torno de qual era o projeto de democracia que a revista apresentava e quem eram os principais beneficiados com esse projeto.

A historiadora estadunidense Ellen Meiksins Wood, é autora do livro: DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO a renovação do materialismo histórico. Neste livro, Wood parte da premissa de que o capitalismo é na sua essência, incompatível com a democracia. “Um capitalismo humano, ‘social’ e eqüitativo seria mais irreal e utópico de que o socialismo”. Assim, o projeto teórico principal do marxismo “a crítica do capitalismo,” e a sua crítica à economia de mercado seriam hoje mais oportunas do que nunca. (WOOD, 2003: 13)

Ellen Wood propõe a renovação do programa crítico do materialismo histórico pela redefinição de seus princípios básicos e de sua teoria da história. Explora também o conceito de democracia no mundo antigo e no mundo moderno examinando suas relações com o capitalismo e levantando questões sobre como o poder público pode ultrapassar os limites a ele impostos pelo regime do capital.

Wood chama a atenção para o fato de que “a crítica original do capitalismo não poderia ser executada sem a convicção de que existem alternativas, e isso se realizou a partir do ponto de vista da antítese do capitalismo, o socialismo.” (WOOD, 2003: 27)

Vale lembrar que com o colapso do “socialismo real” dos países do leste europeu difundiu-se a idéia de fim do marxismo. Para Ellen Wood,

Há algo de estranho na premissa de que o capital representa a crise terminal do marxismo. Podia-se esperar, entre outras coisas, que um período de triunfalismo capitalista devesse oferecer mais espaço, em relação a qualquer outra época, para o principal projeto marxista: a crítica do capitalismo. (WOOD, 2003: 13)

A autora coloca ainda que:

O objetivo principal dessa crítica foi a transformação da idéia socialista, de uma aspiração a – histórica, num programa político baseado nas condições históricas do capitalismo. (...) se existe hoje um tema unificador entre as várias oposições fragmentadas, é a aspiração à democracia. (WOOD, 2003: 21)

A proposta de uma democracia efetiva, que atendesse os anseios da sociedade é uma idéia que fica apenas na proposta, “nas democracias modernas, em que a comunidade cívica une os dois extremos da desigualdade social e de interesses conflitantes, o ‘bem comum’ partilhado pelos cidadãos passa a ser uma noção muito mais tênue e abstrata.” (WOOD, 2003: 181) Ela comenta ainda sobre a falsa idéia de uma cidadania democrática,

O que talvez não seja tão evidente são os princípios antidemocráticos contidos na idéia de cidadania democrática (...). Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificam, e simultaneamente limitariam, o poder popular, num contexto em que já não era possível manter um corpo exclusivo de cidadãos. Onde já não

existia a opção de uma cidadania ativa, mas excludente, teria sido necessário criar um corpo de cidadãos inclusivo, porém passivo, cujos poderes tivessem alcance limitado. (WOOD, 2003:185)

Nas últimas décadas tem se depositado uma especial atenção na historiografia brasileira ao estudo de questões políticas, compreendidas como mecanismos que possibilitam interpretar as relações de indivíduos acontecidas no âmbito de processos sociais. A história política vem merecendo inclusive um papel de destaque nos estudos direcionados a melhor compreensão das questões históricas e sociais.

Esse trabalho busca desvincular-se de um paradigma tradicional, não mais somente percebendo a história política como a história dos grandes feitos, dos grandes heróis, mas buscando entender a política com suas relações interdisciplinares como observa Peter Burke “a oposição a muito estabelecida entre os historiadores políticos e não políticos está finalmente se dissolvendo (...) em vez disso nos vemos preocupados com o conhecimento social na política e com o elemento político na sociedade.” (BURKE, 1992: 98)

Ao longo de todo o livro, Burke e seus colaboradores escrevem sobre novas formas de abordagem histórica atreladas a utilização de novas fontes. O olhar direcionado a política também teria sido modificado, perceberia cada vez mais a história política com fortes aproximações sociais, isso possibilitaria a realização de uma história com possibilidades de ser mais completa, não detendo-se apenas a critérios e conceitos econômicos.

Ou seja, há uma constatação cada vez maior de que a política não pode ser estudada separadamente, isolada de todo o contexto social no qual está inserida e da sociedade na qual foi produzida, inclusive verificando o interesse e ambição dos sujeitos integrantes e integrados políticos.

Estudar a recente história política brasileira torna-se cada vez mais relevante. Cabe ao historiador escrever sobre os fatos relevantes que atingem a sociedade contemporânea e não somente pesquisar em centros de documentação ou museus, se nós historiadores não fizermos, de certa forma estamos deixando a porta aberta para que outros setores o façam (como os jornalistas, por exemplo) para que aí possamos pesquisar a partir de um material produzido muitas vezes para justificar os interesses de determinados setores da sociedade.

A idéia de democracia é muito antiga, embora uma democracia que atendesse os anseios da população talvez nunca tenha sido experimentada. Desde os gregos antigos ouve-se falar em democracia embora eles mesmos não tenham experimentado já que apenas uma pequena parte deles tinha direito ao voto.

A atual de democracia experimentada em muitos países se aproxima mais do conceito de Thomas Hobbes sobre elegermos representantes. Hobbes parte do princípio de que “todo o homem é mau por natureza” e de que vivemos uma “guerra que é de todos os homens contra todos os homens.” (HOBBS, 2004: 92)

Ele justifica através desses dois conceitos que os homens não podem viver em paz sem que haja um poder comum que esteja acima deles “por outro lado, os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros, quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito.” (HOBBS, 2004: 95) Dessa forma, Hobbes contextualiza o surgimento do Estado,

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças ao fruto da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a sua força e poder a um homem, ou uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (HOBBS, 2004: 125)

Essa é a síntese do surgimento do Estado para Hobbes, ou seja, como um mediador necessário para a convivência pacífica entre os homens que em comum acordo passam o direito de serem governados por outros homens.

Para Engels, assim como para Marx, o Estado surgiu da “necessidade de conter os antagonismos de classe,” (LENIN, 1979: 95) Engels afirma ainda que:

O Estado não é de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da idéia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão,” como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não se consumam a sociedade numa luta estéril, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela é o Estado. (ENGELS, 2005: 181)

Dentro dessa concepção de Estado, essa pesquisa tentará identificar qual é o papel da democracia e principalmente do sufrágio universal. Vale lembrar que desde o século XIX alguns autores já desenvolviam críticas sobre o sufrágio universal, eles apontam esse caminho como um instrumento de dominação da burguesia e que aquela experiência de democracia servia principalmente ao capitalismo. Para Lênin,

Há que se observar, além disso, que Engels, com a maior precisão, chama também o sufrágio universal de instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal diz Engels, baseando-se evidentemente na longa experiência da social democracia alemã, é “o indicio de maturidade da classe operária. Não se pode chegar e não se chegará nunca a mais do que isso no Estado atual.” (LENIN, 1979: 21)

A democracia vem sendo difundida mundialmente como a forma mais bem desenvolvida da política moderna, ou seja, é a forma mais bem apurada de hegemonia. Por outro lado, os mesmos “países desenvolvidos” que difundem as idéias democráticas associando-as com o capitalismo e com cidadania, assumem posturas antidemocráticas. O atual presidente estadunidense é talvez o defensor da “democracia” mais conhecido do mundo, porém, ele próprio foi eleito com uma soma total de votos menor que o candidato “derrotado.”

Hugo Chavez da Venezuela, Evo Morales da Bolívia e o atual presidente do Irã, foram eleitos democraticamente em seus países, no entanto, são diariamente apontados pelos defensores da democracia (inclusive o Bush) como ameaças à ordem mundial. Não cabe aqui discutir esses três casos, nem também as diversas ditaduras apoiadas atualmente pelos Estados Unidos em vários continentes.

Vale lembrar que o capitalismo brasileiro conviveu muito bem (inclusive com um acentuado desenvolvimento) com a ditadura militar. Dessa forma, capitalismo e democracia não precisam necessariamente andar juntos. Tudo isso foi assistido e apoiado pelos defensores “da democracia”.

Esses são alguns dos questionamentos que devem ser desenvolvidos durante a realização dessa pesquisa. O objetivo é mostrar como a revista Veja se utilizou de sua capacidade de organização para defender a democracia e quais eram os projetos de democracia que a revista defendia. Essa pesquisa buscará investigar o período que vai do final da ditadura militar em 1985 até as eleições presidenciais de 1989.

Bibliografia

- BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, editora Escala, 2005.
- ENGELS, F. In, LÊNIN, V. U. **Obras Escolhidas** – tomo 1, 1º ed. São Paulo, Alfa Omega, 1979.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**, São Paulo, Martim Claret, 2004.

MARX, Karl. In LENIN, V. U. **Obras Escolhidas** – tomo 1, 1º ed. São Paulo, Alfa Omega, 1979.

WEFFORT, Francisco C. **Por Que Democracia**. 4º edição, São Paulo, editora brasiliense, 1984.

WOOD, Ellen M. **Democracia Contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo, Boitempo, 2003.